

**O DESENVOLVIMENTO LEGITIMADO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
NO PERÍODO DE 1996 À 2016**

Resumo: O presente trabalho traz à tona como a Educação Física no âmbito escolar se propagou desde a sua implementação na grade curricular da Educação Básica, através da LDBEN 93.94/96 até o ano de 2016, considerando as suas leis, as contribuições educacionais provocada por esta implementação e a valorização e/ou desvalorização da Educação Física. Diante das dificuldades encontradas no cotidiano para seguir o que propõe a lei, concluindo-se através da pesquisa bibliográfica e revisão de dados para o reconhecimento do desenvolvimento da Educação Física Escolar no período de 1996 a 2016.

Palavras chaves: Leis da Educação Física, contribuições Educacionais, valorização e/ou desvalorização da Educação Física.

**THE LEGITIMATE DEVELOPMENT OF SCHOOL PHYSICAL EDUCATION
IN THE PERIOD 1996 TO 2016**

Abstract: The present work reveals how Physical Education in the school scope has been propagated since its implementation in the main curriculum of Basic Education, through LDBEN 93.94 / 96 until the year 2016, considering its laws, the educational contributions provoked For this implementation and the valorization and / or devaluation of Physical Education, given the difficulties encountered by the daily ones to follow what the law proposes, concluding through the bibliographical research and

data review the recognition of the development of the Physical School Education in the period From 1996 to 2016.

Keywords: Physical Education Laws, Educational contributions, valorization and / or devaluation of Physical Education.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física ao longo dos seus anos vem em um crescente desenvolvimento, quebrando as barreiras do preconceito e desmistificando o que no contexto histórico foi apresentado como disciplina. Em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/ 93.94/96 e com a obrigatoriedade da disciplina na Educação Básica, a Educação Física passou a ser compreendida como uma disciplina vigente e necessária para o desenvolvimento dos alunos, sendo ele motor, psíquico ou social, tornando-se como base que é uma disciplina que trabalha, não só a parte motora do corpo, mas a inclusão do ser aluno no âmbito escolar.

A Educação Física no período de 1996 à 2016 passou por variações em suas leis e formas, a mais recente foi no ano de 2016, onde surgiu uma nova proposta de plano de Ensino Médio, no qual retirava a obrigatoriedade da Educação Física e outras disciplinas através da Medida Provisória nº 746/2016 que no decorrer do texto no §3º diz que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno” (BRASIL, 2016), medida esta que não obteve êxito e a Educação Física foi mantida como componente curricular obrigatório em toda a Educação Básica.

A sua permanência dá continuidade a longevidade na escola em que a sequência dos seus conteúdos levarão os alunos a desenvolverem muito mais as capacidades e sobressaindo às expectativas dos próprios e parte da sociedade que vivem. Adotando essas considerações surgiu a problemática de como a Educação Física se encontra contextualizada após a implementação da LDBEN 93.94/96, até os dias atuais.

A Educação Básica é dividida em três etapas. São elas: infantil, fundamental e médio. a Educação Física está presente em todas elas, sendo assim uma construção de um caminho de desenvolvimento. Na primeira fase, no ensino infantil, ela era tratada de maneira equívoca diante das utopias criadas a cerca da mesma, que as crianças eram pequenas demais para participarem das aulas. Com o passar dos anos a Educação Física começa a evoluir e mostra a sua importância nessa fase do aluno e após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/ 93.94/96 e a sua obrigatoriedade começa a aflorar ainda mais as contribuições que o cotidiano das aulas de Educação Física trazem. É a fase da autodescoberta, do desenvolvimento e da importância de levar os alunos a possibilidades de vivenciarem experiências únicas e novas para cada uma, na qual acrescentaram no seu crescimento motor e no incremento de se relacionar com o meio social dentro e fora da escola.

[...] o princípio ativo que consiste em fazer as crianças descobrirem por si mesmas os conhecimentos que lhes são indispensáveis, tendo o conhecimento prévio um papel importante na aprendizagem. Em vez de receber do exterior os produtos do saber e da moralidade do adulto já elaborados, as crianças são estimuladas à pesquisa. Esse princípio visa estimular o esforço para relacionar os novos conhecimentos com os já existentes na estrutura cognitiva.(FERRAZ; FLORES, 2004, p 50).

Através dos conteúdos que a disciplina oferece é possível trabalhar a imaginação, a superação, o respeito, a diversidade e as regras; Nesse caso, o professor com o papel de mediador deve conduzir os alunos a terem experiências com os

conteúdos que a Educação Física propõe - de maneira segura e correta - trabalhando o desenvolvimento motor, cognitivo e sócio afetivo; pontos que são importantes para uma convivência em sociedade, considerando que a criança está na fase da construção de caráter e personalidade.

Cada criança possui inúmeras maneiras de pensar, de jogar, de brincar, de falar, de escutar e de se movimentar. Por meio destas diferentes linguagens é que se expressam no seu cotidiano, no seu convívio familiar e social, construindo sua cultura e identidade infantil. A criança se expressa com seu corpo, através do movimento. O corpo possibilita à criança apreender e explorar o mundo, estabelecendo relações com os outros e com o meio. (BASEI, 2008, p. 5).

Um dos meios que podem contribuir para o desenvolvimento da criança é a prática da Educação Física, através das expressões corporais e suas formas a criança poderá conseguir atingir todas as possibilidades necessárias para o seu crescimento, por esse motivo a disciplina se torna fundamental na Educação Infantil, por trabalhar diretamente com requisitos básicos para o decorrer da vida escolar e social. Segundo Ayoub (2001, p.57) Pensando na “criança como ponto de partida” na educação infantil, a expressão corporal caracteriza-se como uma das linguagens fundamentais a serem trabalhadas na infância. Com isso a riqueza de possibilidades da linguagem corporal revela um universo a ser vivenciado, conhecido, desfrutado, com prazer e alegria. Criança é quase sinônimo de movimento; movimentando-se ela se descobre, descobre o outro, descobre o mundo a sua volta e suas múltiplas linguagens. É brincando que se aprende. Com as brincadeiras, a criança começa a desenvolver o seu lado afetivo, proporcionando-lhe sensações novas. Através da Educação Física a criança tem a sua frente um mundo de expressões e movimentos, no qual cada um dele, em sua particularidade, irá leva-lo a uma educação corporal natural transversalmente a ludicidade. Para as crianças de 0 a 6 anos, o contato com atividades relacionadas a

expressões corporais com as brincadeiras é importante, mas não se pode deixar de lado o papel do professor junto aos seus alunos de passar o conhecimento científico, deve-se utilizar da ludicidade para atingir os objetivos de ensino.

E No processo de construção do seu desenvolvimento o aluno chega ao ensino fundamental, que é a fase em que a criança passa por transformações, tanto física quanto social. Antes esportivização, hoje uma disciplina voltada para o conhecimento do corpo e a sua importância, onde nas escolas era proposto a prática do jogar bola, que foi uma maneira equivocada de ensinar. Com o passar dos anos essa “cultura” errada foi deixada de lado e passou a ser aplicada de maneira correta.

[...] o professor de Educação Física, ele precisa disso para enfrentar os desafios do dia a dia, principalmente em sala de aula ou onde ele aplica suas aulas práticas. Pois ele estará trabalhando com adolescente que são pessoas que na maioria das vezes precisam de boas estratégias para lidar com eles. (GUEDES; OLIVEIRA; PAULO, 2017, p. 59).

Sendo um processo de progressão vindo da Educação Infantil, a criança deve continuar a se relacionar com o novo, com as descobertas, com os desafios que serão apresentados no cotidiano, pois é a partir dessas experiências que os alunos começam a fortalecer a sua personalidade e a solidificar aquilo que foi visto anteriormente de uma maneira mais lúdica. O ensino fundamental é importante por trabalhar a transição da criança para o adolescente, nas séries iniciais, não é necessário se trabalhar aperfeiçoamento de técnicas ou formas, mas sim de levar o aluno ao conhecimento dessas técnicas e a sua prática

[...] deve-se promover a iniciação nas formas culturais do esporte, das atividades rítmicas/dança e das ginásticas. É importante considerar que, nessa fase, a aprendizagem de uma habilidade técnica deve ser secundária em relação à concretização de um ambiente e de um estado de espírito lúdico e

prazeroso, e levar em conta o potencial psicomotor dos alunos. (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 76).

Da metade para o fim do Ensino Fundamental o aluno passa a ter o novo contato com as praticas corporais, desta vez, de uma maneira mais precisa, mais intensa, fazendo com que o aluno se esforce para contemplar as suas capacidades, tanto de coordenação motora, quanto de superação de limites e de novas descobertas.

Na conclusão da Educação Básica - o Ensino Médio - é uma das fases mais problemáticas: o aluno é submetido a uma série de pressão e expectativas sobre o rumo em que a sua vida acadêmica irá seguir, diante de tantos fatos que o sobrecarregará. A Educação Física novamente mostra a sua importância no contexto escolar de levá-lo a aulas de reflexão, relaxamento e de autocontrole sobre situações adversas, situações do cotidiano em que a sociedade se encontra e com o conhecimento através da cultura corporal do movimento, sabendo assim tirar aprendizados e lições no campo da Educação Física para a sua vida social e acadêmica.

Se a educação física é uma prática pedagógica, então ela é uma necessidade social concreta que sofre mudanças. Existe e deve existir uma relação entre os conteúdos da educação física (temas da cultura corporal: esporte, dança, luta, ginástica e jogos), e os grandes problemas sócio-políticos atuais (ecologia, preconceitos social e racial, distribuição do solo urbano e de renda e ética), contribuindo, assim, com a formação humana do aluno. (MIRANDA; LARA; RINALDI, 2009, p. 626).

Os diversos conteúdos da Educação neste período têm a finalidade de aprofundamento dos conhecimentos através de questionários, de seriados e simulações, para que o aluno possa ter uma maior compreensão dos conteúdos que lhe serão exigidos nos vestibulares. A Educação Física, por sua vez, faz o papel inverso: trabalha o aluno para uma qualidade de vida melhor, de uma perspectiva de vida ativa, onde corpo e mente se sobressaem aos problemas do cotidiano. Um papel diferente, porém

essencial para que o aluno possa absorver, não só os conteúdos necessários para a vida acadêmica, mas saiba também a importância da atividade física em sua vida e a sua contribuição para a carreira de trabalho, saiba lidar com os conteúdos da Educação Física de uma maneira lúdica mais que não deixe de seguir a sua proposta pedagógica dentro do âmbito escolar.

Pressupõem que o aluno deve ser um praticante lúcido e ativo, que tenha conhecimento e compreensão dos pressupostos do jogo e seja capaz de apreciar todos os aspectos que o envolvem, tais como: a estética e a técnica; as informações e interesses políticos, sociais, econômicos e históricos do esporte; os recursos inadequados para melhor rendimento, bem como a influência das formas de comportamento pacífico ou violento dos praticantes e dos espectadores, dentre outros. (PEREIRA; MOREIRA, 2005, p. 122).

Com isso a Educação Física propõe, não só apenas uma prática esportiva, uma dança, uma luta ou uma brincadeira; mas também atividades físicas educativas que apresentam para o aluno um desenvolvimento integral, não apenas apresentando ao docente a Educação Física como um esporte; mas como uma disciplina capaz de trabalhar a ludicidade, o social, o motor e psíquico do aluno de várias formas.

O presente estudo tem como principal objetivo “Reconhecer o desenvolvimento da Educação Física Escolar no período de 1996 à 2016,” no qual o estudo foi desenvolvido e abordou os princípios do estudo descritivo, que levou a observar as inquietações através de descrição e análise de observações objetivas e diretas. Para Perovano (2014) “O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo.” Tendo com o objetivo geral do estudo o procedimento em que se deu a Educação Física escolar através das leis, contribuições educacionais e a valorização e/ou desvalorização da Educação Física.

Foi realizado através da pesquisa bibliográfica, que levou a análise dos estudos primários com o objetivo de esclarecer a problemática, reconhecer e demonstrar os objetivos gerais e específicos do estudo. A pesquisa bibliográfica leva a um estudo analítico e crítico que viabiliza conhecer e reconhecer os autores, as fontes de onde foram tirados, sua veracidade e a importância que desempenha neste estudo, com isso se encaixou por completo no contexto deste artigo. Foi utilizada a pesquisa qualitativa que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32) afirma que “Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.”

Com esses aspectos, a pesquisa qualitativa amoldou-se à revisão bibliográfica com os procedimentos de investigação de soluções do objetivo do estudo. Através da pesquisa qualitativa, os dados coletados foram analisados; cada conceito, cada opinião a cerca da temática do estudo, levando em consideração toda a sua veracidade, toda as suas contribuições, sejam elas diretas ou indiretas para a solução da problemática.

Para fundamentar este artigo, foi realizada uma análise em três etapas: a primeira foi considerada a fala dos autores, fazendo uma relação imediata com conteúdo do estudo; a segunda, uma análise mais detalhada dos autores que foi feita por meio de anotações correlacionando com os objetivos geral e específicos da pesquisa; na terceira, foi feito um compartilhamento dos dados entre os autores selecionados e os elaboradores do artigo para um enriquecimento do trabalho e fez com que tivéssemos uma maior interpretação do que os autores falavam em suas obras, afinando as

informações adquiridas e selecionando por sua maior abrangência ou menor para os objetivos do artigo.

2. LEIS E DOCUMENTOS SANCIONADAS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO FÍSICA NO PERÍODO DE 1996 À 2016

A Educação a partir de 1996 teve um grande desenvolvimento, isso devido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 93.94/1996 (LDBEN), onde se deu uma nova visão à Educação Básica e reformulou sua forma,

A nova LDBEN promoveu importantes mudanças, dentre elas: integração da Educação Infantil e do Ensino Médio como etapas da Educação Básica; introdução de um paradigma curricular novo no qual os conteúdos constituem meios para que os alunos da Educação Básica possam desenvolver capacidades e constituir competências; flexibilidade, descentralização e autonomia da escola associadas à avaliação de resultados.(METZNER, 2012, p. 69).

Dentro dessas mudanças está a inclusão da Educação Física como componente curricular obrigatório da Educação Básica, com isso a mesma continuou a ser trabalhada no âmbito escolar, fazendo com o que os alunos passassem a usufruir do amplo universo da Educação Física. Mais a frente, as leis de organização começaram a surgir; entra em vigor em 1998 a nova lei de número N° 9.696 que decreta, toda aula de Educação Física deverá ser regida por profissional formado e reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e a criação do Conselho Federal de Educação Física e o Conselho Regional de Educação Física (CONFED/CREF), fazendo com que

ela comece a ter uma maior autonomia, e a ter um acompanhamento mais a parte da realidade do seu cotidiano.

De 1996 à 2016 foram 12 leis a nível federal sancionadas, entre elas a lei de nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001 que alterou o parágrafo 3º da LDBEN 93.94/96 em que a Educação Física era componente curricular da Educação Básica e implementou o termo “obrigatório” ao texto original, fazendo com que a Educação Física passasse a ser componente curricular obrigatório na Educação Básica, mostrando assim a sua grande importância no âmbito escolar e o seu contínuo desenvolvimento.

No dia 1 de Dezembro de 2003 a lei de nº 10.793 substituiu a lei de nº 10.328, que em Brasil (1996) relatava que o § 3º do artigo 26 estabelecia a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos; passando a vigorar até o dias atuais com o § 3º do artigo que estabelece: A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO) VI – que tenha prole.

Ao passar dos anos a Educação Física toma corpo e forma através das novas leis sancionadas. A lei Nº 11.342 de 18 de agosto de 2006, que decreta o dia 1 de setembro como o do profissional de Educação Física, que é um dia simbólico para a área de Educação Física pelas grandes conquistas durante a sua trajetória até os dias atuais. Em 2008 mais um grande avanço dentro da lei é alcançado, com a promulgação.

Documentos como o Referencial Curricular Nacional (RCN), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) demonstram a sua importância, e o seu desenvolvimento no âmbito escolar. O Referencial Curricular Nacional apresenta para a Educação Infantil a importância da Educação Física através da expressividade, equilíbrio e coordenação que apresenta a alunos da faixa etária de 0 a 6 anos, “O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo” (BRASIL, 1998, p. 15).

Mesmo com a Lei Nº 9.696 implementada, muitas aulas de Educação Física para essa faixa etária ainda era aplicada por professores polivalentes, por a escola acreditar que não era importante a sua atividade nesta faixa etária, contudo o RCN (1998) afirma que

Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (BRASIL, 1998, p. 41).

Com gestos simples, ou até corriqueiros do cotidiano do aluno como: levantar da cadeira ou caminhar pela sala, podem ser transformados em atividades de percepção de espaço, e de movimento motor para as crianças.

O RCN transpassa para os professores leques de informações de atividades para a Educação Infantil, sendo uma faixa etária em que deve-se ter muito cuidado e atenção para com os alunos por ser o primeiro contato dos mesmos com a disciplina.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por sua vez, trazem uma abordagem de auxílio para os professores no ensino Fundamental e Médio. Nesta fase os alunos se deparam com todos os conteúdos da Educação Física - jogos, esportes, lutas, ginástica e dança - além de conhecerem o seu próprio corpo e os seus limites, “Traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos.” (BRASIL, 2001, p.15).

Os PCNs trazem à tona todo o rico universo que a Educação Física tem como proposta de ensino, enfatiza que não se pode tirar do aluno esse direito de ter acesso a todo o acervo cultural e social que a disciplina carrega, também fala da importância do espaço físico e adequado para as realizações das aulas práticas, com isso o aluno terá total desenvoltura nas aulas e uma facilidade de se trabalhar os seus déficits.

Mesmo que não se tenha uma quadra convencional, é possível adaptar espaços para as aulas de Educação Física. As crianças fazem isso cotidianamente e é comum vê-las jogando gol-a-gol na porta de aço de uma garagem, ou usando um portão como rede para um jogo de voleibol adaptado. O professor pode utilizar um pátio, um jardim, um campinho, dentro ou próximo à escola, para realizar as atividades de Educação Física. (BRASIL, 1997, p. 61).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais exaltam o poder de ensino/aprendizagem que a Educação Física carrega na última fase da Educação Básica. Segundo os PCNs (BRASIL, 1998), a Educação Física para o Ensino Médio tem como objetivo preparar o aluno como cidadão, aprimorar seus conhecimentos como pessoa humana, com formação ética, autonomia intelectual e crítica, tendo ampla visão dos conhecimentos tecnológicos e os processos teóricos e práticos. Além disso, essa disciplina deve fornecer aos alunos um parecer da importância das atividades físicas em seu cotidiano.

Com isso os PCNs, o RCN, trazem para os professores todas as orientações e as leis que vigoram na legislação, todos os seus pontos positivos que levaram as atividades do cotidiano em aulas extremamente proveitosas e enriquecedoras para o desenvolvimento dos alunos, apresentando uma Educação Física dentro das leis que vigoram na LDBEN 93.94/96 e com os seus conteúdos enriquecedores trazendo assim grandes contribuições pedagógicas, que é o papel da disciplina enquanto componente curricular obrigatório - apresentar aos alunos os seus conteúdos e suas propostas levando assim um desenvolvimento acadêmico e social.

No ano de 2016, uma ação proposta pelo governo Federal, propunha que houvesse uma alteração na Educação Básica, mais precisamente na sua última etapa no ensino médio, no qual alterava a estrutura do Ensino Médio, por meio da criação da Política de Fomento, que era de promover a Educação no Ensino Médio através da Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

A medida provisória de nº 746, de 22 de setembro de 2016, alterava ao todo cerca de 20 artigos da LDBEN 93.94/96, alterava também a carga horária de ensino, o currículo, o Ensino Médio, dentre os artigos alterados, continha o artigo 26 que é referido a Educação Física, Brasil (2016) relatava no então novo sistema que o § 3º a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno.

Com o novo sistema a obrigatoriedade para o Ensino Médio foi retirado, passando assim ser optativa para a grade curricular. Mediante essa nova forma de ensino, a Educação Física foi destituída do seu lugar de direito, fazendo com que

houvesse um retrocesso no seu desenvolvimento no âmbito escolar, sabendo-se da importância que a mesma carrega na conclusão da Educação Básica.

Diante de um numero negativa referente à consulta pública realizada pelo Senado Federal e a grandes manifestos contra esse novo modelo de ensino para o Ensino Médio, foi revogada o § 3º do artigo 26, que retirava a obrigatoriedade, passando a manter a lei do dia 1 de Dezembro de 2003, lei de nº 10.793, que garante o termo “obrigatório” da Educação Física para toda a Educação Básica.

3. CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física ao decorrer dos anos vem crescendo bastante em todos os sentidos diante do amplo universo diversificado que a mesma contém. Diante deste desenvolvimento, ela quebra as barreiras do preconceito ue é apenas uma disciplina prática e ganha força e amplitude no âmbito escolar como disciplina importante na socialização dos alunos e no desenvolvimento cognitivo, mental e físico.

A Educação Física Plural deve abarcar todas as formas da chamada cultura corporal - jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas - e, ao mesmo tempo, deve abranger todos os alunos. Obviamente, que seu objetivo não será a aptidão física dos alunos, nem a busca de um melhor rendimento esportivo. Os elementos da cultura corporal serão tratados como conhecimentos a serem sistematizados e reconstruídos pelos alunos.(DAOLIO, 1996, p. 41).

A Educação Física na Educação Infantil traz contribuições específicas e essenciais que no seu cotidiano, por vezes, é contestada pela faixa etária dos alunos, mas considerando o lado do desenvolvimento psíquico e motor as aulas exercem um papel, não só de aprendizagem, mas também conteúdo para a formação docente do aluno mais de um desenvolvimento geral

Entendemos que a educação física escolar, como componente curricular de ensino, deve contribuir conjuntamente com os educandos e demais educadores para com os processos educativos significativos, no que tange a diversidade cultural, pois além de contemplar as práticas da cultura corporal, também, pode dialogar sobre as influências e contribuições de diferentes povos na nossa cultura.(BENTO; GONÇALVES, 2008, p. 2).

Na Educação Física infantil o professor é orientado a trabalhar com seus alunos a expressividade e o equilíbrio como pontos-chaves e de contribuição para o desenvolvimento diário. A expressividade “[...]deve ser cotemplada e acolhida em todas as situações do dia-a-dia nas instituições de Educação Infantil, possibilitando que as crianças utilizem gestos, posturas e ritmos para se expressar e se comunicar”(BRASIL, 1998, p.34). Onde se pode trabalhar a criatividade e a ludicidade dos alunos, o equilíbrio e coordenação.

De acordo com esse documento, as instituições de Educação Infantil devem valorizar os jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças. Mais além, o Referencial Curricular Nacional detalha de forma simples e objetiva algumas possibilidades de trabalho para as crianças nas aulas de Educação Física. Brasil (1998) sugere brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, escorregar, a manipulação de diversos materiais e objeto e a utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades básicas que possam ser relacionadas aos conteúdos da Educação Física, ainda que de maneira superficial, sendo ela uma dança de animação ou até um andar pela sala.

No Ensino Fundamental I que é a fase das transformações, o aluno começa a desenvolver o seu lado crítico, e a se auto-descobrir. Na Educação Física o aluno tem contato com danças, jogos, esportes e lutas, sendo assim um leque de possibilidade de

conhecimentos e de crescimento. Para Rodrigues (2013) é nesta faixa etária que acontecem diversas transformações no desenvolvimento infantil, por isso, os estímulos devem ser constantes, o “novo” deve ser sempre inserido no cotidiano da criança para que ela aprenda a lidar com as situações do dia a dia e a vencer os obstáculos que surgirão.

A Educação Física é de suma relevância nesta primeira etapa educacional, uma vez que tal prática tende a propiciar aos educandos envolvidos no processo a possibilidade de desenvolver e aprimorar habilidades corporais, bem como auxiliá-lo na interação social e como o meio que os cercam, uma vez que o desenvolvimento humano é mais ágil quando há interação social.

No Ensino Fundamental II os alunos passam a ter um contato mais intensivo com a dança, jogos, esportes e lutas e passam a ganhar corpo e forma, trazendo um contexto para a Educação corporal e um entendimento de sua importância enquanto disciplina, começam também a desenvolver mais parte social, a interação entre eles e através da Educação Física que oferece essa possibilidade de descoberta e de indagações contribuindo assim o desenvolvimento não só científico mais o humano/social também.

[...]relaciona-se diretamente à corporalidade e ao movimento do ser humano. Implica, portanto, uma atuação intencional sobre o homem como ser corpóreo e motriz, abrangendo formas de atividades físicas, como a ginástica, o jogo, a dança e o desporto.(GONÇALVES, 1997, p. 134).

No ensino Médio chega a fase de conclusão, não só conclusão científica como ser aprovado ao fim do ano e entrar em algum curso superior, mas a conclusão do ser humano que está “apto” a viver em sociedade, em viver com as diferenças da vida, em viver em harmonia, ser um cidadão ativo que busca o seu espaço reconhecendo e compreendendo as dificuldades do cotidiano e sobressair nas adversidades, a Educação

Física enquanto disciplina curricular obrigatória abrange nas suas temáticas todas as diferentes situações que a vida pode oferecer, desde das vitórias às adversidades, a relação entre gêneros desde a quebra de paradigma.

O adolescente possui algumas características em seu processo de desenvolvimento que apontam para a necessidade de uma disciplina como a Educação Física. No que diz respeito às transformações do ponto de vista físico, após o estirão da adolescência, o adolescente apresenta um crescimento acelerado principalmente em relação aos membros inferiores e superiores em comparação ao tronco, o que implica em uma necessidade de vivenciar experiências motoras, no sentido de proporcionar a exploração e a reorganização deste “novo” corpo e destas “novas” possibilidades de movimento. (CORREIA, 1996, p. 45).

Como já citado é uma fase complicada para o aluno, diante do universo novo, problemático e cheio de desafios; o aluno tenta lidar com as suas transformações e a “pressão interna” que a sociedade lhe impõe sobre o seu futuro assim a Educação Física traz essa “válvula” de saída para que o docente possa ter momentos de relaxamentos e reflexões sobre as suas atitudes e escolhas, relacionando os conteúdos que a Educação Física oferece às suas vivências do cotidiano, sem deixar de atingir o seu objetivo enquanto disciplina.

Esta forma prática de ser trabalhada no âmbito escolar, por vezes causa uma valorização ou desvalorização da disciplina. Por anos a Educação Física foi desvalorizada por muitos pela forma que era apresentada como esportivização. Ao decorrer dos anos começou a ser ativa no âmbito escolar e mostra a sua verdadeira identidade, com a LDBEN 93.94/96, a mesma continuou avançando e demonstrando o seu rico conteúdo, acrescentando no currículo da Educação Básica e se autovalorizando.

4 A VALORIZAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO ESCOLAR

Compreende-se que a disciplina de Educação Física é uma disciplina rica em seus conteúdos, nos que apresentado no cotidiano para os alunos, através da cultura corporal de movimento, das praticas da dança, jogos e brincadeiras, lutas e o esporte no qual a mídia social dá um ênfase maior.

[...] a área da Educação Física hoje contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. (BRASIL, 1997 p. 23).

Assim observa-se que é papel do educador identificar os benefícios e as possibilidades de cada uma dessas manifestações, isto por meio dos conteúdos que envolvem o ensino da Educação Física, formulando assim seus objetivos e propostas.

Dessa maneira a disciplina Educação Física deve proporcionar aos educandos a aprendizagem e o acesso a conhecimentos práticos e conceituais. Então por meio dela é possível alcançar objetivos sejam eles na aptidão física e rendimento ou de concepções críticas que considerem o quantitativo das experiências possíveis na Educação Física. A valorização da Educação Física engloba vários pontos, um deles é a promoção à saúde.

Azevedo (2001) Considera de fundamental importância a promoção da prática prazerosa de atividades que conduzam ao aperfeiçoamento das áreas funcionais: resistência orgânica ou cardiovascular; flexibilidade; resistência muscular e a composição corporal como fatores coadjuvantes na busca de uma melhor qualidade de vida por meio da saúde. Ele expõe uma ideia que é seguida nos dias atuais por uma

parte de alunos e professores em que a Educação Física é sim uma fonte de promoção à saúde.

Outro ponto da sua valorização é a forma adaptativa inclusiva em que a sua prática exerce no âmbito escolar, para Cidade (2002) a Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas as suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo.

Além da forma adaptativa, ela também é também valorizada pela inclusão social em que exerce, para Brinati (2006) à medida que essas pessoas se engajam no processo de aprendizado e tomam parte de desafios, elas constroem a percepção da identidade de uma pessoa ativa fisicamente, passando a ser (e ser vista como) uma pessoa com uma diferença significativa que joga futebol, que gosta de nadar, que dança, entre outros.

Em alguns casos alunos com deficiência, ou até mesmo forma física “fora do padrão” em que a sociedade prega, se sentem por vezes discriminados e “rejeitados” pelo meio em que vive, e a Educação Física por sua vez, quebra esse preconceito através de aulas lúdicas, participativas a todos os públicos e interativa.

Nesse processo, dá-se ênfase a aprender a conviver com a adversidade e superá-la, num plano educacional orientado por professores que, cientes das necessidades e dificuldades, saibam valorizar os potenciais remanescentes de maneira que a pessoa não mais se veja apenas como portadora de limitações e deficiências, mas também como uma pessoa capaz.(BRINATI; PEREIRA; FERNANDES; SOUZA; 2006, p. 3).

O processo e ensino aprendizagem da disciplina Educação Física considerara-se as características dos educandos em todas as suas dimensões seja cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social. Assim o educando irá

aprender os movimentos técnicos e por sua vez poderá discutir regras, estratégias, apreciá-las criticamente, analisar, avaliar e recriar o que foi apreendido.

De acordo com Brasil (1997):

É tarefa da Educação Física, portanto, garantir o acesso dos alunos às práticas corporais da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de exercê-las e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente (BRASIL, 1997, p. 24).

Com isto entende-se que a prática da Educação Física favorece aos educandos autonomia para monitorar as próprias atividades, contribuindo para o desenvolvimento do pleno exercício da cidadania, entre outros benefícios, por meio das práticas corporais advindas das mais diversas manifestações culturais.

Esta prática também possibilita a vivência de situações de socialização e que desfrute de atividades lúdicas, inseridas nas atividades e conteúdos da Educação Física, contribuindo para o bem estar coletivo. Os alunos devem compreender que o esporte e as atividades corporais não são privilégio apenas de alguns que tem condições para pagar clubes e academias, mais sim valorizar essas atividades dando oportunidade de acesso a todos. Além da efetiva compreensão dos conhecimentos sobre o corpo e seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 1997).

Os conhecimentos construídos a partir da prática da Educação Física também devem possibilitar aos educandos a análise crítica de valores sociais que estão presentes no cotidiano como: padrão de beleza e saúde, exclusão e discriminação racial, sexual e social, além de discussões sobre ética no esporte, sobre diversos outros fatores que são dominantes na sociedade. São esses e outros tantos papéis que a disciplina Educação Física deve exercer no âmbito escolar, para que isto ocorra basta que os profissionais

busquem cada vez mais conhecimentos e atualizações sobre determinados assuntos que estão a nossa volta.

Buscando melhorias na qualidade de ensino da Educação Física bem como inovar com práticas e metodologias eficazes para o desenvolvimento das aulas, que contribuam para a formação de cidadãos críticos e emancipados na sociedade em que vivemos atualmente, que acredita que em quanto disciplina não possui conteúdo escolar efetivo ou ainda um conteúdo "sério".

É dever da unidade escolar, oferecer o ensino de qualidade a todo educando, cabendo ao educador se planejar elaborando um plano de trabalho segundo a proposta pedagógica de sua escola, zelando pela aprendizagem dos educandos, é neste contexto que a disciplina Educação Física também pode contribuir introduzindo o educando na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, em benefício do exercício crítico da cidadania e possivelmente gerando a melhoria de qualidade de vida.

A escola não deixa de evoluir no contexto social, e com isso, os professores, tem que repensar suas práticas, buscar fontes alternativas para se adequar da melhor maneira possível, as constantes mudanças, pois se não houver essa compreensão por parte dos professores, a disciplina começa a ser desvalorizada no contexto educacional, mediante a não ser conduzida de uma maneira em que levará ao aluno o seu desenvolvimento.

A DESVALORIZAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

A desvalorização da disciplina ainda é veiculado a vários fatores: a falta do espaço físico para as realizações das atividades, a falta de material, a falta de

comprometimento do professor e as mídias digitais que por muitas vezes, transpassa informações distorcidas, Betti (2001, p. 125) afirma que “[...]em especial a TV, transmitem muitas informações sobre a cultura corporal de movimento, para um grande número de pessoas (inclusive, é claro, os alunos que frequentam.” Com isso a possibilidade de informações distorcidas serem apresentadas ao aluno é maior, causando alguns efeitos colaterais desfavoráveis a Educação Física, entre eles estão o esporte, que a Educação Física é exclusiva a este conteúdo, diante o passado em que a disciplina era vinculada a pratica esportiva.

Outro fator que os educadores de Educação Física também enfrentam a falta de material para suas aulas, sendo que o espaço para aula geralmente é em quadras descobertas, expondo assim tanto o professor quanto os alunos, dando livre acesso a outras pessoas que possam vir a interferir na aula, materiais inexistentes e precários. Todos esses elementos, interferem efetivamente na prática pedagógica do educador e dificultam o processo de ensino aprendizagem o desenvolvimento dos alunos (GASPARI et al, 2006).

A questão do espaço para ministrar as aulas de Educação Física é um assunto delicado, pois, apesar de muitas escolas não possuírem um espaço adequado para estas aulas, existe ainda a restrição que o próprio professor se impõe, tornando-se um empecilho para a prática educacional. Severo e Carvalho (2015, p. 1) Corroborando com a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) nº 93.94/96, o Estado tem o dever de garantir “padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem”. Se os padrões mínimos não são atendidos, e as suas praticas são feitas em locais impróprios a Educação Física acaba pecando e agindo de forma

leviana colocando assim em risco a integridade física dos alunos e fazendo com a disciplina seja alvo de críticas.

Assim também a performance do professor, pode ocasionar em uma desvalorização da disciplina, por abranger vários conteúdos e de uma grande diversidade, a Educação Física ao longo do tempo, vem adquirindo varias filosofias, tais como Psicomotricidade, o Construtivismo, o Desenvolvimentismo, com isso a necessidade do professor se auto desenvolver e apresentar a todos os seus alunos os conteúdos em que ajude na construção do seu desenvolvimento, e que sempre aconteça a inclusão.

De acordo com Darido (1997) os professores demonstram conhecer que não devem selecionar educandos, optar apenas pelo esporte, ser autoritário e negligenciar a dimensão lúdica, mas, ainda apresentam dificuldades em saber qual conteúdo abordar e quais metodologias de ensino utilizar, deixando com que o aluno escolha o que fazer.

Está forma assistemática acaba por vezes passando uma imagem negativa da Educação Física, pela forma em que os alunos se comportam e se desenvolve na sala de aula, por isso a grande importância dos professores não se acomodarem e de fato apresentarem a Educação Física como ela é proposta na LDBEN 93.94/96. Por vezes atitudes como estas citadas acima tomada por professores, acabam gerando um desconforto pela comunidade escolar em geral, incluindo até mesmo os educandos, que se encontram cansados dos conteúdos repetitivos e metodologias inadequadas, causando monotonia e desmotivação.

Os professores especialistas da área de Educação Física são pouco reconhecidos socialmente, pessoas leigas e professores de outras disciplinas, por vezes, realizam as atividades e competências que seriam exclusivas dos professores de Educação Física.

Onde observa-se que nas séries iniciais na falta do professor da área , qualquer outra pessoa o substitui, deixando com que a Educação Física, seja vista de forma errada, um lugar ou uma aula, onde os educandos pegam os materiais e fazem o que querem, só para “passar o tempo” sem que ocorra nenhum aprofundamento teórico, sem conhecimento e planejamento.

Assim diversos fatores acarretam na desvalorização da disciplina Educação Física, a comunidade associa as suas aulas somente ao esporte, pois aulas acontecem sempre na quadra, com bolas oficiais, e percebemos que na realidade quando não existem essas condições de espaço e materiais, as aulas acabam sendo severamente prejudicadas, impossibilitando o processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Educação Física ao longo dos anos vem ganhando mais espaço no âmbito escolar enquanto disciplina curricular obrigatória, no decorrer desde a sua implementação na LDBEN 93.94/96 até o ano de 2016, é notório o seu desenvolvimento diante das leis a cerca da mesma, e com a necessidade de disciplina na escola.

A disciplina por sua vez, com várias concepções, metodologias e filosofia diante do seu grande universo de conteúdos, ganha novos ares para o cotidiano no âmbito escolar.

Fazendo uma retrospectiva desde a sua implementação em 1996 até 2016, percebe-se o seu grande crescimento na escola, com a descoberta de novas concepções, novas formulas de aplicação, a Educação Física se reinventa com o passar dos anos, é uma disciplina em que os seus conteúdos se atualizam e se apresentavam de diversas

formas com o passar dos anos, e com isso a responsabilidade de aplicá-la da maneira correta, pode-se observar isso nas leis que em 20 anos de sua prática, já teve várias alterações em seus textos, desde torná-la obrigatória na Educação Básica, que a princípio na LDBEN 93.94/96, não continha o termo “obrigatório”, até a medida provisória em 2016 em que tirava a obrigatoriedade da disciplina no âmbito escolar, medida esta que não veio a vigorar diante da grande repercussão negativa que teve e a percepção em que não se poderia retirar uma disciplina que tem papel importante no desenvolvimento não só científico mais social para os alunos.

Documentos que integram a proposta da Educação Física na escola, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Referencial Curricular Nacional, a criação do Conselho Federal e Regional da Educação Física, a própria LDBEN 93.94/96 e suas atualizações, nos remetem um processo de desenvolvimento contínuo e em uma crescente, sabe-se que alguns pontos que fazem parte da Educação Física ainda precisam melhorar, tais como os locais de realizações de aulas práticas, como o material e toda a sua manutenção, a atenção dos professores para os alunos e os conteúdos, tendo consciência que os conteúdos que a disciplina trabalha, são taxados diariamente pela mídia, podendo induzir informações contrárias ou situações novas de ensino, ao qual o professor deve estar atento, pois como foi falado, a sua conduta dentro do âmbito escolar irá levar os alunos e a comunidade em que a Escola está inserida a olhar com outros olhos para a disciplina Educação Física na escola e reconhecer a sua importância.

A disciplina hoje se encontra sim, contextualizada de maneira eficiente perante a lei, para o desenvolvimento dos docentes, no qual todos, sem exceção, na Educação Básica devem ter por direito ao contato com ela, e que o seu desenvolvimento passa por todas as esferas, desde a constitucional através de leis e documentos, como o processual

no cotidiano professor/aluno e comunidade escolar, e que é importante frisar que ambos caminhem sempre juntos em prol da propagação do conhecimento acadêmicos para os alunos.

REFERENCIAS

AYOUB, E. reflexões sobre a educação física na educação infantil, **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, v. 15, n. 2, supl.4, p.53-60, 2001.

AZEVEDO, E S; SHIGUNOV, V. **Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em Educação Física**. Santa Catarina, p.1-9, 2001.

BASEI, A, P, A. Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança, *Revista Iberoamericana de Educación Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*, v. 47, n. 47/3, p. 1-12, 2008, ISSN: 1681-5653.

BEGGIATO, C, L. et al. **A importância da Educação Física na percepção de uma comunidade escolar**, São Paulo, 2009.

BENTO, C, C; GONÇALVES J, L. Jogos e brincadeiras de diferentes culturas nas aulas de educação física escolar. In: XX ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER (ENAREL), 2008 - Gestão do Lazer: Competências e Atuação Multiprofissional, **Anais...**São Paulo, v. 11, n. 2. 2008.

BETTI, M.; ZULIANI, L, R. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, Bauru-SP, **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – Ano 1, Número 1, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. PCN's. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.696/98**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 3ª ed., 2001.

BRASIL. Lei nº10.328 de 12 de dezembro de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.793 de 1º de dezembro de 2003 - dou de 2 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.342 de 21 de Agosto de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Lei nº11.788 de 25 de Setembro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº746/2016 de 23 de setembro de 2016,. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Medida provisória Nacional . Brasília: MEC, 2016.

BRINATI, A, B. et al. O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO SOCIAL, **Anais do IV Internacional Sociedade Inclusiva PUC Minas** - Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços, V. 1, p. 1-9, 2006.

CIDADE, R, E; FREITAS, P, S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração, Brasília**, v. 14, p. 26-30, 2002.

CORREIA, W.R. Planejamento participativo e o ensino de Educação Física no 2o grau. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 10, n. 2, supl. p.43-48, 1996.

DAOLIO, J. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EM BUSCA DA PLURALIDADE, **Revista paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 10, n. 2, supl.2, p.40-42, 1996.

DARIDO, S. C. Professores de Educação Física: avanços, possibilidades e dificuldades. **Revista do colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**, v.18, n.2, p. 192-206, 1997.

FERRAZ, O, L; FLORES, K. Educação física na educação infantil: influência de um programa na aprendizagem e desenvolvimento de conteúdos conceituais e procedimentais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 1, p. 47-60, 2004.

GASPARI, T. C., et al. A realidade dos professores de educação física na escola: suas dificuldades e sugestões. **R. Min. Educ. Fís.**, Viçosa, v. 14, n.1, p. 109-137, 2006.

GONÇALVES, M, A, S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas: Papyrus Editora, 1997.

GRESPLAN, Marcia Regina. A Educação Física Escolar no Processo Educacional: Educação Física no Ensino Fundamental – **Primeiro Ciclo**. São Paulo: Papyrus, 2002.

GUEDES, J.D.; OLIVEIRA, A.R.; DE PAULO, I.C. Educação Física no Ensino Fundamental. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Janeiro de 2017, vol.10, n.33, Supl 2. P.55-65. ISSN: 1981-1179.

GERHARDT, T E; SILVEIRA, D T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

METZNER C, A. Leis e Documentos que regem a Educação Física escolar brasileira: uma breve apresentação. **Revista Hispeci & Lema On Line**, 2012. p - 68-78. ISSN 1980-2536.

Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Brasília: Ministério da Educação, 1999.

MIRANDA, A, C, M. et al, A Educação Física no ensino médio: saberes necessários sob a ótica docente. **Motriz**, Rio Claro, v.15 n.3 p.621-630, jul./set. 2009.

NASCIMENTO, T. A. A importância da Educação Física para o jovem adolescente entre 15 e 17 anos no Ensino Médio. **In: Anais do Simpósio Metropolitano de Atividade Física**. São Paulo. 1998.

PEREIRA, R, S; MOREIRA, E, C. A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES; **R. da Educação Física/UEM** Maringá, v. 16, n. 2, p. 121-127, 2. sem. 2005.

PEROVANO, D, G. MANUAL DE METODOLOGIA CIENTIFICA para segurança publica e defesa social. **JURUA**, Curitiba, 1º ed. p 1-4, 2014.

RODRIGUES, I V. **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**. p 1-11, 2013.

SEVERO, N, A; CARVALHO, M, J. A CARÊNCIA DE ESPAÇO FÍSICO NA ESCOLA: implicações na prática pedagógica. **CONBRACE**, Vitória, 1º ed, p 1-11, 2015.

SILVA, J. B. F. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. **São Paulo: Scipione**, 1989.

SILVA, W, F; Ribeiro, G, F, F. A Educação Física escolar e o desenvolvimento humano. **Revista Digital**, Buenos Aires, 2012.

VISTA, P. Mídias: Aliadas ou Inimigas da Educação Física Escolar?. **Motriz**, Paulista-SP, v. 7, n. 2, p. 125-129, 2001.